



Este n.º foi visado pela Comissão de Censura de Vila do Castelo.

Director, adm e prop.iet. — José da Silva Vieira. — Redactor no Brazil: A. Ciras. — Editor — Ana da Silva Vieira. — Composição e impr. — Typ. Espozendense — Espozende

Assinatura: Anno, sem estampilha, 25000 rs. — Com esta estampilha e para (hora 10500) rs. — Brasil, (Médica forte), 30000 rs. — Colónias Portuguezas, 25000 rs. — Numero avulso 20 rs. — Pagante do adiantado. Redacção e administração — Rua Veiga Beirão, 7 a 3 — Espozende.

Annuncios: Judiciaes: linha ou esp. de linha 1500 esc. — Annuncios particulares: linha 70 c. — Com. un. ou reclames, linha 350 c. — Imposto do selo, cada publicação, 75 c. — Reclames a obras litterarias mediante um exemplar. Não se restituem originaes não publicados.

DECANO DOS JORNALS DO DISTRITO DE BRAGA

Esposende

VIII

Há sete séculos

A vila luso-romana, progenitora de Espozende, desmembrou-se em quintas diversas; mas, numa delas, ficará o senhor *Espanuzindus* — nome proprio gótico ou godo, germânico — e, com elle, a sua *Villa Espanuzendi* — o grande prédio rústico, a quinta murada, o conjunto de propriedades que depois formaram um lugar, uma povoação que deu origem a vila que hoje é a sede dum concelho — a pitoresca Espozende.

A. Gomes Pereira falá-nos em *Spanosendus*, mas diz que não possui a obra de Mayer Lübke; todavia, Figueiredo da Guerra, com o testemunho do sábio filólogo alemão, dá-nos *Espanuzindus* palavra derivada de *sindos* ou *sindos* e correspondendo ao godo *sivinds* — FONTE.

Nos *Portugalia Monumenta Historica* (de Herculano, edição da Academia das Sciencias), figura, de-facto, a forma *Spanuzindo*, nos *Diplomata et Charta*, documento n.º 64 — como diz A. Gomes Pereira; e nas *Inquirições* de 1258, aparece, ainda, a povoação *ESPOESENDI*, que não succumbiu e antes venceu, através dos séculos, os caprichos das águas do Cávado e do Atlântico e dos medos invasores, as arremetidas andazes dos corsários, dos conquistadores, das tribus bárbaras e guerreiras.

Aqui sou obrigado, por amor à verdade histórica, a contrariar a opinião do falecido e saudoso Dr. Figueiredo da Guerra, que quis ver, em *Espoesendi* das *Inquirições*, UM SIMPLES CASAL, quando Espozende era, nessa data — 1258 — UMA PO-

VOAÇÃO E LOGAR, a par doutras povoações e logares que ali se citam — *Zopaes* (Cepães), *Gontimir*, *Goyos* e *Rio de Moinhos*.

Diz Figueiredo da Guerra, em «O Espozendense» n.º 241, de 23 de Novembro de 1911:

«O LOGAR de Espozende, da freguesia de S. Miguel de Cepães, era ainda, em 1258, UM CASAL que se apropriou do nome godo do seu possuidor, aí pelo meio do século X».

Ora, o lugar de *Espoesendi* apenas veio à colação, nessas *Inquirições*, por haver ali um casal pertencente a Santa Eulália de Rio-Côvo, casal que lavravam os de Palmeira e *delle não queriam dar renda ao rei*. Se não fôra este facto, o lugar de *Espoesendi* nem sequer viria citado, como o não foi nas *Inquirições* de 1220, em que não aparece; e a falta justifica-se, porque, pertencendo, o LOGAR, à freguesia eclesiástica de S. Miguel de Cepães (hoje Marinhãs, e onde, então, se erguia a igreja paroquial), o lugar de *Espoesendi* pagava os direitos reais que lhe tocavam, SEGUNDO OS SEUS FOGOS, e cumpria os deveres que lhe competiam. As *Inquirições* apenas visaram a mencionar a freguesia eclesiástica, declarando-se o que ela continha de bens e pagava de direitos NO SEU CONJUNTO DE LOGARES; e, se ás vezes citavam este ou aquêle povoado, este ou aquêle casal da freguesia inquirida, era porque havia motivos especiais para fazer referência a qualquer cidadão ou cidadãos que nelle abusavam ou se recusavam a cumprir deveres.

O lugar de *Espoesendi* podia ser constituído, sem dúvida, por um só casal; mas não podemos tirar essa hipótese da citação do casal de Santa Eulália, porque, se este não pagava direitos à Corôa, e por isso fôra mencionado, outros casais existiriam no lugar —

pagando tais direitos.

Se *Espoesendi* fosse um simples casal, não se diria nas *Inquirições* de 1258:

«Item, in *Espoesendi* ha UNO casal de Sancta Ovaya de Rio Covo, et...

mas dir-se-ia:

«Item, in (certo lugar, que então se mencionaria) ha O Casal *Espoesendi*, et...

Lógó, daqui se conclui, logicamente, que o nome *Espoesendi* era dado a um lugar, a par de outros — Cepães, Goios e Rio de Moinhos — e não a um simples casal, o de Santa Eulália de Rio-Côvo.

Só poderíamos afirmar, em face das *Inquirições*, que *Espoesendi* possuía um único casal, se elas tivessem o fim, que não tiveram, de determinar a quantidade de casais de cada freguesia ou lugar; por isso, o UNO não significa, terminantemente, só um casal existente no lugar mas sim, como se depreende, o único casal de que, no lugar, não queriam dar renda ao rei. É intuitivo que, se houvesse UM só casal em *Espoesendi*, nem seria preciso citá-lhe o nome, distinguí-lo, determiná-lo claramente — de *Sancta Ovaya de Rio Covo*; bastaria dizer: Em *Espoesendi* os que lavram o casal, e que são os de Palmeira, não querem dar renda ao rei.

Como as rendas eram pagas por todos os paroquianos, quem não pagava prejudicava os outros; por isso, nomeavam-se os que se eximiam ao pagamento; e, assim, as *Inquirições* fazem referência a UM casal em *Espoesendi*, a DOUS em Goios, a UMA herdade em Gontimir, etc.

Os de Palmeira, como eram de povoação coutada, julgavam-se isentos de dar renda ao rei por lavrarem o casal que a igreja de Rio-Côvo possuía em *Espoesendi*.

«Item, omees de Goyos metem se no

Conto de Palmeira et de Fao et vam lavar a herdade foreira de Goyos, et non querem dar na renda e torna sse a renda sobre los outras omees de Goyos.

Claro está que o saudoso Dr. Figueiredo da Guerra — a quem já, aqui, prestei a minha homenagem — com a sua opinião, nascida dum equívoco muito natural, não quiz depreciar Espozende, terra de que era bom amigo; da mesma forma que eu, contrariando a sua opinião, não desejo realçar o meu espirito crítico nem fazer louvaminhas, uma vez que só me dou por satisfeito vendo brilhar a verdade histórica. Aqui ela brilha, por justiça, elevando Espozende a um tanto melhor; por tal facto, eu regosijo imenso e creio que, como eu, regosijaria, se fôsse vivo, o proprio Dr. Figueiredo da Guerra.

Há males que veem por bens. Bendita a circunstancia, pois, deste casal não pagar a renda ao rei, pois só assim Espozende veio mencionado nas *Inquirições* de D. Afonso III e se soube da sua existência em 1258!...

E não é desdouro Espozende, nessa data, ser apenas um lugar. O mesmo aconteceu ás grandes povoações da nossa faixa atlântica: Vila-do-Conde pertencia á freguesia eclesiástica de Formariz, que hoje é um lugar, e Póvoa-de-Varzim á de Argivai, que hoje pouco mais é do que um lugar. O facto justifica-se, porque o progresso avançou para as tozes, veio do interior para o litoral.

Cepães era um lugar como os outros; até podia ser o menos importante em casais e riquezas. Só possuía uma coisa que os outros logares não tinham: a Igreja Matriz, a qual lhe dava as honras de lugar — sede da paróquia.

* * *

Mas... *Espoesēndi* não succumbiu e venceu—para provar a sua existência nos tempos pre-históricos, nos tempos luso-romanos, dos suevos e visigodos, da restauração asture-leonesa, da alta idade-média e da fundação de Portugal!

Espózende—que historiadores sem crítica dão como localidade dos meados do século XVI, da época do seu foral ou carta de vila, quando então já era terra **IMPORTANTE**; Espózende—que etimologistas baratos fazem derivar, o seu nome, de: **E POS VENDE (!!!)**—prova assim, com seu nome e de ressaibos neogodos — **Espoesēndi** — **E JÁ EXISTENTE HA 7 SÉCULOS**—Espózende, duma maneira irrefutável e inconfundível, prova a sua nobilíssima antiguidade, em que há projénie ou ascendência illustre e velhos e fulgurantes pergaminhos heráldicos.

Espozende e o seu Concelho

IV APULIA

(Continuação do n.º 1.206)

A freguesia da Apulia, orago São Miguel, era uma reitoria da apresentação dos Arcebispos de Braga.

A fundação desta povoação é indubitavelmente de origem romana.

Os seus fundadores deram-lhe o nome da sua formosa Apulia, hoje *Terra de Otranto*, na península itálica, talvez por serem daquela região ou pela semelhança que entre as duas acharam ao estabelecerem-se aqui.

Terra á beira-mar, a sua baía, mais ampla que a actual, reduzida pela invasão sucessiva das areias, devia facilitar a entrada e o estacionamento das naves imperiais que vinham carregar os produtos da terra e os metais preciosos extraídos das minas naquele tempo em exploração não longe daqui.

Do Portinho, ao sul da actual praia de banhos, abriram os romanos uma vala ou *esteiro* para as suas embarcações mais facilmente penetrarem na terra e aproximarem-se da Lagoa Negra, que não é senão restos daquelas minas abandonadas.

Mas não existiam só estas; em varias freguesias de concelhos vizinhos ha ainda vertigios e em outras corre na tradição que em tempos idos aquela industria se usou por aqueles sitios.

Alem disso, coroavam as cristas dos montes e outeiros circunvizinhos castros para imporem a subjugação desta região

ao vasto imperio romano, devendo ser a Apulia a larga porta de comunicação dos ocupantes daqueles com a mãe patria; perto de *Fanum*, não muito longe de *Brachara Augusti*, cidade importante, séde de um *convento juridico*, os dominadores não deixariam de se aproveitar daquela via de comunicação marítima com a capital do seu imperio.

Tudo nos leva pois a acreditar que esta povoação pela sua situação devia ter uma certa importância nessa epoca.

No alvorecer da nossa nacionalidade aparece-nos com o privilegio de couto.

Eram senhores do couto da Apulia os arcebispos de Braga.

Viviam então os conegos da Sé de Braga, bem como os das outras dioceses, em comunidade sob o mesmo tecto.

Em 1145, por acordo destes com o arcebispo D. João Peculiar, resolveu-se a separação da Mesa Capitular da Mesa Episcopal, ficando os conegos para a sua sustentação com a terça parte dos Arcediagados, Igrejas e Herdades pertencentes á Igreja de Braga e os arcebispos com as duas restantes partes.

Em 24 de Dezembro de 1165 fez-se a divisão entre o arcebispo e o cabido das propriedades e rendas do Couto da Apulia e Criez e da Igreja do mesmo couto, ficando metade a cada uma das partes e o cabido ainda mais com a propriedade que lhe tinha deixado Bofino para um aniversario.

O arcebispo D. Godinho, a pedido do cabido, aclarou e ratificou em 31 de Janeiro de 1188 a divisão das propriedades e rendas dos coutos e Igrejas feitas no tempo de D. João Peculiar, ficando o cabido com a terça parte. (1)

Estê couto era governado por um Juiz Ordinario, que tambem era dos orfãos, com dois Vereadores, Procurador e Meirinho de eleição trienal do povo a que presidia o Ouvidor do arcebispo. Tinha ainda um Escrivão que servia em tudo. (2)

Ainda hoje existem no lugar da umas casas, conhecidas pelo nome de *concelho*, onde funcionava a Camara, o Tribunal e por baixo a Cadela.

Ao lado destas existem tambem umas outras casas antiquissimas, quasi em ruínas, que entendendo ser o Paço, onde pousava o Ouvidor do Arcebispo quando vinha a este couto.

No portal de entrada tem gravado na padieira um desenho que parece ser uma cruz, e na

(1) Fastos Episcopales—Mons. J. Augusto Ferreira, vol. I, pag. 300, nota I.

(2) Corografia Portuguesa—P. S. Carvalho, vol. I pag. 167.

primeira sala uma pedra na parede, onde está gravada uma cruz com dois braços em diagonal sobre ela: as armas de S. Francisco.

Em frente a estas duas casas ora cercadas por muros e ramadas, devia ter existido um largo ou terreiro onde esteve o pelourinho. A coluna deste ainda hoje se vê a firmar um coberto nas trazeiras daquelas primeiras casas.

No mesmo lugar, mais ao norte, estavam as Casas da Renda, conhecidas por este nome.

A força corre na tradição que era no sitio do mesmo nome, um pouco ao nascente dos paços do concelho.

E eis o que resta do antigo couto da Apulia, que compreendia esta freguesia e o lugar de Criez, na freguesia de Barqueiros, do concelho de Barcelos.

(Continua)

Ainda o desemprego n'este concelho

Julgando palpitante o assunto do desemprego, voltamos a tratar d'ele n'este numero.

Além das obras que já mencionamos, outras se impoem para que a crise do desemprego seja minorada no nosso concelho. Referimo-nos á linha ferrea a construir da Povoia a Eão, cuja concessão foi dada ha mais de dois anos, á Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal, e que é da maior conveniencia que principie com urgencia a sua construção, para assim se empregar n'esses trabalhos uma parte dos operarios sem trabalho do nosso concelho, mas para isso, é necessario que o inicio dessa construção seja em varios pontos simultaneamente, pois sendo só da Povoia para o Norte nada remediará a crise do inlavoro para a qual vimos pedindo auxilio.

Ha muito tempo que estamos informados por pessoa competente, que esses trabalhos ainda não tiveram o seu inicio devido somente a uma divergencia entre o Estado e a companhia, em virtude d'esta desejar a garantia de juros do governo sobre um capital quilometrico, que o governo julga exagerado. Em taes casos, o que nos cumpre fazer, como jornal que sempre defendeu os interesses do nosso concelho—e este caso do caminho de ferro é da maior importancia para o nosso concelho—é pedir á Ex.ma Camara, para que

ela com a sua autoridade de representante legitima do povo, intervenha com o maior empenho e solicitude junto do Ex.mo Snr. Ministro do Comercio, pedindo urgente resolução para o assunto de tamanha importancia, pois o Estado não pode nem deve impedir que uma obra de tanta utilidade não se realice, apenas por uma divergencia do valor sobre o qual o governo vai dar a garantia de juro. O illustre estadista que ha cerca de 3 anos está dirigindo o Ministerio do Comercio, defendendo como tem feito os interesses do Estado, n'este caso, se a Companhia não tem razão, deverá obrigar-a a cumprir o contracto, para que ella sem demora inicie a linha ferrea que todos nós julgavamos vér completa até ao fim do ano corrente.

E' pena que que a Companhia, por sua vez, não tenha solucionado o caso com o governo ha muito tempo, para poder iniciar a construção de tão grande utilidade para esta região tão populosa, porque fazendo-o—é este o nosso desejo—n'esta altura, de tamanha crise na classe trabalhadora, viria resolver em grande parte a crise do desemprego. É a cresce a circunstancia que é muito importante, e que não é para desprezar, que a Companhia, segundo o declarou uma das vezes que cá veio o seu illustre Presidente, o Ex.mo Snr. Eduardo Plácido, dispõe dos fundos suficientes para a construção imediata da linha.

Pedimos pois ao Ex.mo Ministro do Comercio, e á Ex.ma direcção da Companhia, que resolvam urgentemente o assunto, que tanto interessa não só as povoações por onde a linha vai passar, como ao paiz, pois é mais um elemento a concorrer para o seu desenvolvimento economico. E como nos parece oportuna a ocasião, lembramos á Companhia e ao governo, que esta linha para preencher inteiramente o seu fim economico e turistico, deve ser prolongada até Viana, servindo assim uma grande parte dos dois concelhos, região tambem muito populosa, que trará inevitavelmente—receitas compensadoras á Companhia, ligando pela beira mar ao porto de Leixões tão importantes povoações. E o dever dos governos é impulsionar por todas as formas, aproveitando todas as oportunidades, o fomento economico do paiz, ainda que isso traga, como decerto traz despesas inevitaveis, mas despesas que achamos justas e productivas, porque são portadoras de receitas que concorrem para o progresso do paiz e para as comodidades do nosso povo; e devemos reconhecer que a respeito

de linhas ferreas, ainda está muito atrasado o nosso paiz, não tendo corrido o seu desenvolvimento, com aquela velocidade que tem avançado as ideias politicas...

Ad terminarmos estas singulas considerações, e julgando que elas não cheguem aos altos poderes, apelamos para a nossa Ex.ma Camara, para que ela se digne tambem tomal-as á sua conta, dando-lhe o indispensavel acolhimento, e fazendo-as chegar ao seu destino, o que nos parece facil n'esta occasião, pela coincidência que notamos com praser, de estar dirigindo o nosso municipio, como seu vice-presidente, um cavalheiro que está nas melhores relações com o illustre Ministro do Comercio e com a Ex.ma direcção da Companhia.

A CRISE AGRICOLA

Porque o assumpto é de flagrante actualidade e porque serve á maravilha, para certas creaturas bem intencionadas puxarem a brasa para a sua sardinha, vamos dizer o que pensamos sobre o caso na certeza de que nas nossas afirmações, pretendemos ser justos e verdadeiros.

Que isto vai mal, que o lavrador morre de fome, que não se aguenta, que o milho não dá nada, nem o feijão nem o vinho, nem o gado, dizem os supostos orientadores da opinião publica, e tudo, tudo, por culpa do governo.

Ora vejamos: S. Ex.a o Senhor Ministro da Agricultura em nota officiosa fornecida á imprensa, diz, entre outras coisas — *Em primeiro lugar é preciso afirmar, contra o que se tem propagado, que não tem sido importado milho estrangeiro.*

E' precisamente o contrario disto o que afirmam todos aqueles que sendo o seu unico fim hostilizar a actual situação politica, afirmam por toda a parte, que as alfandegas estão cheias de milho e que é o governo quem desgraça a lavoura.

Devemos confessar que não é prospera a situação dos nossos lavradores, mas que a culpa, em grande parte, lhes pertence.

Houve tempo em que o lavrador vivia na abundancia, vendendo o milho a 20 escudos, o feijão a 30, 40 e 50, sendo o lucro do gado tão fabuloso que se contasse por notas de kilo. Era o tempo das vacas gordas.

Com essa abundancia crearam-se novos habitos gastando a toa, vestindo bem, calçando melhor, ostentando ao peito vistosos grilhões de ouro e apresentando-se em qualquer parte, qualquer lavrador de poucos ren-

dimentos, tão bem vestido ou talvez melhor que qualquer rico. Nos Tribunais, era uma loucura. Predios que pouco valiam, eram levados nas licitações a 10 e 15 vezes mais que a seu valor e nas compras era tanta a fatura de notas do Angola e Metropole que os predios não tinham mais preço.

Crearam-se habitos, criaram-se compromissos, o dinheiro começou a rarear, e hoje poucos o tem, de forma que para governar a sua casa, se ela é ainda suscetivel de governo, vão ao que possuem, colocam-no no mercado vendem por todo o preço, porque precisam de dinheiro. E' grande de mais a oferta para a procura e dahi o abaixamento de preços que reduz o nosso lavrador a viver mal, como vive actualmente.

Meta cada um as mãos na sua consciencia e diga se isto é ou não verdade?

Claro está que, como já dissemos, não faltam exploradores que contam o conto do vigarrio ao povinho e porque é preciso atear o fogo sagrado e o governo pensa em fazer eleições, vá de preparar o terreno, partindo do celebre adagio que nos ensina que de pequenino se torce o pepino. E porque é preciso vender as eleições visto que os reviraltos não dão mais resultado e ficam muito caros, até a quem se não mete n'elas vão institutando no animo do povo a conta gotas, o veneno corrosivo do odio a uma situação, que é sem favor nenhum a mais brilhante que Portugal tem tido.

A crise não é portugueza, é mundial. Não se deixe o povo iludir com as risonhas promissas dos falsos profetas, que para alcançar os seus fins de tudo se servem até da afirmação que o mal da nossa agricultura é devido unica e exclusivamente ao governo da Ditadura.

Na brecha, onde nos colocamos iremos destazendo uma a uma todas essas mentiras que propositada e intencionalmente se propalam para conseguir o fim que antecipadamente a conhece.

Notas instantaneas

Do diario da capital «A Voz», com a devida venia transcrevemos as seguintes notas instantaneas.

«Nunca se considerou periodo eleitoral o tempo da organização do recenseamento. Nunca é de mais repeti-lo.

Periodo eleitoral sempre foi

o que decorre desde a data da publicação do decreto convocatorio das assembleias eleitorais até ao dia do apuramento respectivo.

Os da unica querem por força que já estejamos em pleno periodo eleitoral, e tentam por todas as formas agitar e perturbar o país, á sombra deste suposto periodo.

Uma perfeita «chantage»!

E' vergonhoso o que se passa nas repartições publicas. A maior parte dos funcionarios fazem uma terrivel propaganda contra a situação. Onde o caso assume proporções mais escandalosas é nas repartições de finanças. E' uma maneira digna de corresponder ao procedimento do sr. dr. Oliveira Salazar que tem seguido o criterio da antiguidade e da competencia nas colocações a promoções dos seus subordinados.

E' o que se chama deitar perolas.

E para fechar por hoje a galeria, mais este quadro, de verdadees tão grandes, como desfaçatez d'esses que agora afirmam ser pelo suicidismo que a Patria se salvará.

Esperem então pela pancada, e entretanto vão burguezmente disfructando os cupõesinhos, os juros de 15% ao ano de que vão vivendo, e os ordenados que vão ilicitamente arrepanhando para o bolso, em quanto vão fazendo politica socialista, sem quererem, obstinados, ver a arder as barbas dos visinhos espanhóis.

«Os unicos fazem correr pelo paiz que a Ditadura é a culpada da crise dos generos agricolas, atribuindo a ao aumento das contribuições! Ora é sabido que as dificuldades provem do estado geral dos mercados de toda o mundo.

«Se a causa é a que dizem qual o motivo porque os preços não desceram nos dois primeiros anos, em que se deu aquele aumento, e só se verificou depois de ter surgido a crise mundial e após a supressão do imposto de salvação publica?

«Os unicos» sabem que nos tempos da Monarquia se fez acreditar ao povo que a Republica faria com que o bacalhau se vendesse a pataco e como julgam que a mentalidade do país é ainda a de então procuram incutir no espirito publico ideias falsas acerca das causas determinantes das dificuldades dos agricultores portuguezes.

«As classes consumidoras tem lucrado com a crise, porque compram a maior parte dos generos alimenticios e outros produtos mais baratos.

«Sobre isto, os unicos» guardam um prudente e inten-

cional silencio...

«Só barafustam, numa propaganda insidiosa, contra a paralisação da venda de milho, vinho azeite, e gados, que atribuem a acção da Ditadura, e contra o aumento das contribuições.

Mis quem tornou necessario o aumento das contribuições? Quem foi o causador do contribuinte portuguez pagar agora mais do que pagava em 1927?

Foram eles — os unicos — os unicos a quem cabe a culpa daquele aumento, pelos esbanjamentos que fizeram, pelas dividas que contraíram e não pagaram, pela ruina da viação e dos portos e pela imitação constante da circulação fiduciaria.

Tudo tinha de ser reparado e pago e não era com o enorme «deficit» das gerencias dos «reviraltistas», que se havia de refazer a vida economica e financeira do país, pondo a ordem e a moralidade na administração publica.

Os que arruinaram o país apresentam-se agora como se o país não estivesse salvo da sua acção daninha! Para a perdição iria Portugal se voltassem os mesmos partidos anteriores ao 29 de Maio e com os mesmos homens!

«O que eles anunciam no seu programa é a prova do que dizemos.

«Afirmam que a Republica e socialismo é tudo a mesma coisa. Bom foi que o publicassem, porque havia ainda alguns ingenuos que acreditavam que entre eles ainda havia alguns conservadores!»

«Desmascararam-se a tempo. Se os que tem que perder auxiliarem a gente da «frente unica», não se podem queixar, porque a tempo foram prevenidos. Terão a sorte que merecem! O pior é que a teriam igual todos os que são inocentes e não poderiam lutar contra os egoistas e contra os fracos e os indecisos.»

Exames brilhantes

Fizeram-no em Viana do Castelo, no Liceo Gonçalo Velho, de 5.º ano, ficando plenamente aprovados os nossos amigos srs. Francisco e Domingos C. d'Almeida Gomes, nossos conterraneos, filhos do sr. Filipe C. d'Almeida Gomes, capitalista desta villa, sendo até dispensados de provas orais.

Os nossos parabens.

ENTRE NÓS

Já se encontra entre nós, de regresso da cidade do Porto, onde esteve alguns mezes, o sr. Valentim Ribeiro da Fonseca, sua ex.ma esposa e filhos.

CAÇA

Por ordem superior se torna publico que é livre o exercicio da caça em toda a área da jurisdição maritima deste porto, excepto nas praias de banhos.

Delegação Maritima de Espozende, 10 de Julho de 1931.

Delegado Maritimo
Afonso Neves
2.º Tenente. S. N.

Padaria e Biscoitaria Mecânica

DE

JOÃO LUIZ FERREIRA

RUA D. DIOGO PINHEIRO, N.º 1 e 3

RUA BARJONA DE FREITAS, N.º 48 e 56

RUA BOM JESUS DA CRUZ, N.º 2 e 4

BARCELOS

Neste estabelecimento, dos mais bem montados do Norte do País, encontrará o público à venda a especial **REGUEIFA** (rosca), **PÃO COADO**, **PÃO DE MILHO**, **PÃO DE TRIGO E PÃO DOCE**, bem assim como um variado sortido de bolachas e biscoitos, tosta doce e azeda, etc. etc.

No seu proprio interêsse, ninguém compre sem confrontar a qualidade e os preços dos productos fabricados neste estabelecimento.

Vendas por junto e a retalho.

Dicionario Corografico de Portugal Continental e Insular

COROGRAFICO, HISTORICO, GEOGRAPHICO, BIOGRAPHICO, ARCHEOLOGICO HERALDICO, ETIMOLOGICO

Com prefacio do Ex.ºm Sr. Dr. José Joaquim Nunes, professor cathedratico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Redacção e Administração—R. da Picaria, 73-2.º PORTO

Registo minucioso e meticoloso de todas as Cidades, Vilas, Aldeias, Povoações, Lugares, Lagos, Cabos, Castelões, Termas, Praias, Praças, Monumentos, Minas, Serras, Montes, Rios, etc.

Util, indispensavel e acessivel a toda a gente
TOMOS MENSAES DE 80 PAGINAS—ESC. 5\$00, FRANCO DE PORTE.

Sò por assinatura pôde se obter.
Pedidos à Redacção e Administração.

Estão publicados 10 tomos.

Manoel Goaventura

CONTOS DO MINHO

(VIDA RURAL)

I.º MILHAR

Um grosso volume de 200 e tantas paginas em magnifico papel

10 escudos

A venda na Livraria Papelaria «Espozendense»—rua 1.º de Dezembro, 7 a 9 (antiga rua Direita)—Espozende.

A Historiã Ilustardã da Literatura Portuguesa

Formato 32x25

Em tomos mensais de 32 paginas, optimo papel couché, magnificamente ilustrados.

E CONTERA:

biografias completas, retratos, vistas, costumes monumentos, rostos de edições raras, manuscritos, miniaturas e fac-similes de autógrafos, em soberbas gravuras, algumas das quais HORS TEXTE e còres.

CONSTITUINDO

um precioso album em que pela primeira vez, entre nós, se reuna uma tão completa e curiosissima documentação gráfica, Artigos de especialistas professores e literatos de nome consagrado.

Cada tomo 10\$00

A **Historia Ilustrada da Literatura Portuguesa**, com prehenção pouco mais ou menos dois grossos volumes de 400 paginas cada e será uma publicação de luxo, por o que se reuniram todos os elementos indispensaveis. A semelhança das Histórias da literatura francesa de LeLanson e Benedit e Hazard publicadas pelas importantes livrarias Hachet de Larousse, esta publicação constituirá alguma coisa de inédito, de grandes desse nivel nas nossas letras. Jámais se reuniram condições como para criação deste monumento, arquivo das maravilhas que nas letras a nossa história encerra.

ASSINATURA :

Preços, incluindo embalagens reforçadas

CONTINENTE E ILHAS:

Assinatura especial de cada número saindo mensalmente e pelo correio, contra reembolso (só para o continente e ilhas)

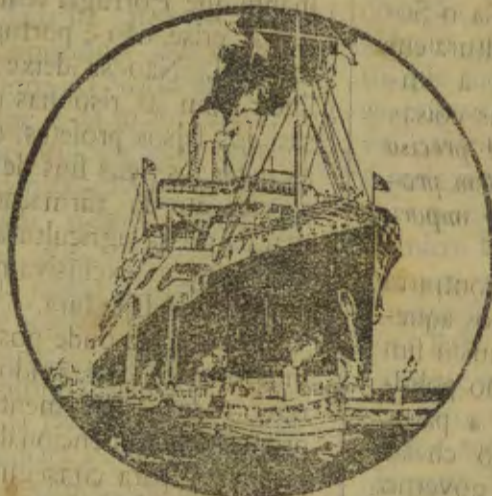
	3 meses	6 meses	1 ano
Assinatura (pagamento adiantado)	33\$00	65\$00	128\$00
		Registado	11\$00

Cada tomo avulso, não incluindo porte e embalagem — 10\$00

PEDIDOS às Lrarias ALLAUD e BERTRAND
78, Rua Garrett, 75 LISBOA

Assinatura nesta villa na Livraria Espozendense Rua Direita

MALAREAL INGLEZA



Paquetes correios a sahir de Leixões

DARRO em 22 de Julho para o Rio de Janeiro, Santos, Montevideu e Buénos-Ayres
Deseado em 19 de Agosto para para Rio de Janeiro, Santos, Montevideu Buenos-Ayre
DESSA em 2 de Setembro para Rio de Janeiro Santos Montevideu e Buenos Ayre

Estes Paquetes sahem de Lisboa no dia seguinte e mais os paquetes:

Alcantara em 6 de Julho para Madeira Pernambuco Bahia Rio de Janeiro Santos Montevideo e Buenos-Ayres.

Arianza em 3 de Agosto para Rio de Janeiro, Santos, Montevideu e Buenos-Ayres

Asturias em 17 de Agosto para Madeira Pernambuco Bahia Rio de Janeiro Santos Montevideu e Buenos-Ayres

Na agencia do Porto podem os srs. passageiros de 1.ª classe escolher os beliches a vista das plantas dos paquetes, MAS PARA ISSO RECOMMENDAMOS TODA A ANTECIPAÇÃO.

Dirigir aos unicos agentes no norte de Portugal:

TAIT & CO.

19, RUA DO INFANTE D. HENRIQUE.—PORTO
ou aos seus correspondentes nas provincias.